

SUMÁRIO

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO › <i>Yolanda Guerra</i>	11
PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO › <i>Eunice T. Fávero</i>	15
INTRODUÇÃO	23
CAPÍTULO 1 › O Ser Social e a ética	37
1.1 Considerações iniciais sobre ontologia	37
1.2 Ontologia do Ser Social e a ética.....	54
CAPÍTULO 2 › O capitalismo pretende o controle da totalidade?!.....	75
2.1 Considerações acerca do modo de produção capitalista	75
2.2 Focalizando questões da realidade brasileira	96
2.3 Considerações sobre ética e economia	112
2.4 Criminalização da pobreza	133

CAPÍTULO 3 ▶ Ética e Serviço Social	145
3.1. Breve histórico	145
3.2 O cotidiano profissional e a referência dos Princípios do Código de Ética do Assistente Social	181
3.2.1 Considerações acerca dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico no estado do Rio de Janeiro.....	182
3.2.2 Considerações acerca do Serviço Social no Sistema Penal do estado do Rio de Janeiro: a inserção do “pessoal do social”	200
3.2.3 Os Princípios do Código de Ética Profissional vigente e a questão da sua materialização no trabalho cotidiano dos Assistentes Sociais dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro	210
CONSIDERAÇÕES FINAIS	317
REFERÊNCIAS	331

PREFÁCIO À 1ª EDIÇÃO

A obra que ora se apresenta vem adensar o pensamento crítico das ciências humanas e sociais aplicadas, no que se refere às produções sobre a concepção ontológica da ética, compreendida a partir do rico solo do capitalismo e de complexos problemáticos, tais como: a Política, o Estado e o Direito.

Partindo de uma concepção de ética ontologicamente fundada, como reflexo da objetividade social, a autora se confronta com as concepções abstratas e formais que a tomam como um campo da filosofia, um código ou uma teoria do comportamento moral, desvelando seus fundamentos. No âmbito das profissões, seu embate é com a redução dessa rica concepção a uma de ontologia — um conjunto de deveres profissionais estabelecidos em códigos morais, cujo conteúdo formal e abstrato baseia-se numa perspectiva transistórica e universalista.

Ao contrário, apoiada na ontologia do Ser Social, que se constrói pelo trabalho e pela práxis através de ações teleologicamente postas, legado das elaborações lukacsianas, aqui a ética é concebida como uma determinação real da existência do Ser Social no seu processo de reprodução de valores social e historicamente situados.

A partir desses fundamentos, a autora analisa o contexto econômico-social do capitalismo contemporâneo, examinando as formas de expressão da “questão social” na realidade brasileira, no que se

refere ao desvendamento da relação (tensa, contraditória e até mesmo antagônica) entre a ética e o capitalismo. Nesse âmbito, decifra nexos entre um projeto de sociedade e formas de enfrentamento da chamada “questão social”, além de expor a configuração contemporânea do Estado Penal e suas práticas de criminalização da pobreza, tendências que vêm se ampliando como parte do neoconservadorismo que se instaurou no Brasil nos últimos anos, sendo um arcabouço teórico necessário para seu investimento ulterior.

Fazendo “a viagem de volta”, conforme precisa expressão de Iamamoto (2007, p. 463),¹ Valeria Forti, cuja contribuição não se encerra nos campos da docência e da administração acadêmica, dado que possui uma larga e fecunda trajetória profissional como Assistente Social de diversas áreas, retorna ao Serviço Social, buscando no sistema sociojurídico seu campo de investigação: os Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro — instituição negligenciada até então pelos estudiosos e que se constitui na síntese de determinações políticas, sociais e culturais, demandando a intervenção de diversos atores sociais. Nisso reside a valiosa contribuição deste livro, cuja relevância e complexidade o tornam exemplar.

Aferrada à preocupação, comum a um grupo de intelectuais, com o desvelamento das condições objetivas e subjetivas do Serviço Social na contemporaneidade no que diz respeito à direção e à materialização de valores e princípios contidos no Código de Ética que se objetivam no cotidiano profissional, a autora atesta que todos os atos cotidianos resultam de uma opção consciente ou não por valores genéricos e individuais, os quais influenciam o desenvolvimento social que se realiza no âmbito da reprodução social, como resultado dessa contradição entre valores.

Incomum na bibliografia, é leitura obrigatória aos profissionais que buscam uma prática qualificada e compromissada, tendo o mérito de conceber uma ética encarnada, como capacidade humana

1. IAMAMOTO, Marilda V. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

objetivadora da consciência e da liberdade, expressa em princípios incorporados pelos profissionais no seu cotidiano. Torna-se um texto que passa a compor o acervo bibliográfico sobre a polêmica acerca dos limites e das possibilidades de um projeto ético e político fundamentalmente crítico no interior do capitalismo e de sua hegemonia, enriquecido pela pesquisa de campo, a qual retrata que a conjuntura atual incide não apenas nas condições de trabalho, redimensionando o “tipo de prática” e o “vínculo ocupacional”, como também modifica igualmente os princípios sobre os quais se sustentam respostas às expressões da “questão social” (MONTAÑO, 2002, p. 248), colocando “à prova” o projeto profissional de ruptura.

Yolanda Guerra²

2. Professora da Escola de Serviço Social (ESS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ex-coordenadora da Pós-Graduação em Serviço Social da ESS/UFRJ, mestre e doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

PREFÁCIO À 5ª EDIÇÃO

Um instigante estudo sobre a ética profissional e a relação teoria-prática num espaço de contenção e punição de “criminosos e loucos”

Percorrer os caminhos, assim como desvelar a materialização de princípios e valores éticos no trabalho de assistentes sociais que lidam cotidianamente com vidas sentenciadas/diagnosticadas por crime e loucura, vidas escondidas atrás de muros de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico e que, na lúcida expressão de uma das entrevistadas, são “nada” — na perspectiva do mercado —, é um dos desafios — e o maior deles — que Valeria Forti se propôs a enfrentar neste denso, consistente e instigante estudo, evidenciando sua permanente preocupação com a indissociabilidade entre teoria e prática. Um estudo pelo qual não passamos indiferentes, pois seu conteúdo, agora disponibilizado pela Cortez Editora pela sua atualidade, nos provoca a indagar sobre valores, princípios e fundamentos que imprimimos no nosso trabalho em áreas das ciências humano-sociais, nos provoca o tempo todo a indagar se, afinal, temos consciência, além de

compromisso com a finalidade de um trabalho direcionado, de fato, por princípios e valores assumidos pelo Serviço Social no seu Código de Ética Profissional.

Com a sabedoria e a segurança advindas de sua vasta experiência no exercício profissional cotidiano como assistente social em instituições e como docente em Serviço Social, adensadas permanentemente pelo estudo e pela pesquisa, em especial no diálogo com a ética profissional, a autora enfrenta esse desafio corajosa e criticamente. E, assim, nos leva a conhecer os caminhos e os achados de sua pesquisa, iluminando-nos com a ontologia do Ser Social, com as peculiaridades e o percurso histórico da sociedade burguesa, com a ética profissional no Serviço Social, com o Serviço Social no Sistema Prisional e, particularmente, em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico. E, aqui, nos trazendo expressões dessa realidade pela fala de assistentes sociais, trabalhadoras que vivenciam o dia a dia dessa/nessa realidade, assistentes sociais que sofrem, esperanças, resistem, alienam-se. É sobretudo por meio da fala dessas profissionais que esta obra nos aproxima um pouco da realidade social dos sujeitos “criminosos e loucos”, na quase totalidade formada por pobres/pretos. Como observa uma das entrevistadas, “no microcosmo” do Hospital de Custódia, “é possível ver o reflexo de toda a sociedade”. Uma sociedade que banaliza a vida humana e de maneira “escancarada na sociabilidade contemporânea, na sociedade delineada pela globalização, pela ‘onda neoliberal’, cujo ideário propagado confronta-se com a lógica dos direitos sociais e das políticas sociais, pois os valores prioritariamente difundidos assentam-se na desigualdade, no individualismo e na concorrência”, como sabiamente Valeria observa.

Iniciando este percurso pela instigante tematização histórica da Ontologia, já começa nos provocando com a fundamental pergunta sobre “o que é a realidade”. Aqui, vai se descortinando o caminhar da autora no campo da filosofia, na busca da “verdade” dada pelos caminhos da ciência. Em tempos de avanços do irracionalismo e do (neo)conservadorismo, em um movimento que valoriza o imediato e a prática irrefletida em detrimento do conhecimento da “essência das

coisas”, da capacidade de o ser humano “fazer a sua História”, Valeria Forti mobiliza-nos a apreender e refletir sobre a perspectiva marxista de análise da realidade, que nos possibilita captar “as contradições da vida em sociedade e, por conseguinte, captar as contradições das relações sociais no mundo capitalista”.

Prosseguindo, com segurança e densidade, a autora nos leva a pensar sobre a ontologia e a ética, tendo por referência — com apoio especialmente em Lukács — o trabalho como “categoria fundante do mundo humano”. E, assim, vai nos guiando e nos exigindo a articulação do pensamento sobre o projetar finalidades, inerente a todo trabalho — e, neste caso, ao trabalho realizado por assistentes sociais —, suscitando em nós inúmeras questões: afinal, temos projetado conscientemente a finalidade do trabalho que realizamos no cotidiano como assistentes sociais? Quais valores e concepções guiam-nos nesse trabalho? Quais os meios que empregamos para e no movimento de apreensão do real objetivar o nosso trabalho — como “captação de uma porção (necessária) da totalidade”? Temos buscado captar as determinações do real para contribuirmos com transformações da realidade, na perspectiva do projeto ético-político do Serviço Social, em especial referenciado pelos princípios do Código de Ética Profissional?

Continuando a nos instigar, a autora, com base em Lukács, nos alerta de que a ética “atua no interior da contradição gênero/particular, visando à superação da relação dicotômica entre indivíduos e sociedade”. Portanto, nos provoca a refletir sobre como estamos lidando com as contradições da sociabilidade burguesa postas na nossa realidade de trabalho: nossas escolhas guiam-se pelo “reconhecimento coletivo das necessidades postas pelo humano-genérico”, ou apostamos, com apoio na aparente contradição entre indivíduos e sociedade, no “individualismo” e na “meritocracia”, desconectando nosso pensamento da construção histórica e das determinações do real?

Adensando o percurso trilhado no primeiro capítulo, a sociedade burguesa em terras brasileiras, em sua permanente valorização e expansão do capital em busca da “produção/realização” de mais-valia,

é exposta com maestria no segundo capítulo. Nesse caminho, a autora vai elucidando a relação antagônica entre classes sociais no interior dessa “formação social regida pela lei geral da acumulação do capital”, na qual a riqueza que uma classe monopoliza é inseparável do pauperismo daquela que a produz. Nessa realidade, as particularidades do Brasil são expostas com rigor, destacando o avanço neoliberal e, com ele, a financeirização do país, a perda de direitos trabalhistas e sociais, o desemprego, o descaso e o não investimento na política social ou o Estado mínimo para a população trabalhadora, tudo isso e outros aspectos que, também, vão contribuindo para recrudescer a violência urbana.

Seguindo por essas reflexões e passando pelo debate sobre ética e economia, a autora nos leva a refletir sobre a questão social na atualidade, assim como nos conduz a pensar sobre a criminalização da questão social/criminalização dos pobres, no interior dos processos de desresponsabilização pública em relação aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, que tem evidenciado o Estado Penal que, neste país, cada vez mais estabelece, ou restabelece, uma ditadura sobre os pobres — conforme pensamento de Wacquant, tão bem discutido pela autora.

Entrelaçando o debate sobre ética, crime e loucura, Valeria Forti principia o capítulo 3 nos apresentando a discussão da ética profissional, do caminho e dos rumos do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Avançando pela investigação da instituição *locus* da pesquisa, adentra seus muros, estabelece o debate sobre crime e loucura e o Serviço Social no Sistema Prisional, dialogando com as profissionais que lá trabalham — que nos contam e nos fazem pensar sobre o dia a dia do trabalho profissional e da vida de “loucos e presos”.

Esse extenso e denso capítulo nos possibilita adentrar a história do Serviço Social no Brasil: os processos históricos que foram gerando as diferentes perspectivas de profissão, os valores e os princípios que foram moldando-a, as formas de aparecer da ética profissional em seus vários códigos, as marcas da hegemonia conservadora, do tecnicismo, do comunitarismo, além do percurso crítico de ruptura

com o conservadorismo e de renovação da profissão, até a definição e a escolha por um projeto profissional que tem como norte a emancipação humana. Um projeto que veio conquistando hegemonia, ainda que ao longo da história também se apresentem “vertentes conservadoras e neoconservadoras”, numa correlação de forças entre projetos de profissão distintos. Nessas reflexões, a autora aposta nos valores que “apontem para a necessidade de desenvolvimento da generalidade humana e a possibilidade de emancipação humana, em vez de privilegiarem o corporativismo, os interesses apenas particulares de grupos sociais ou indivíduos”. E, sob essa perspectiva, guia sua pesquisa sobre o trabalho profissional e, nele, busca saber sobre possibilidades e limites da concretização do Projeto Ético-Político do Serviço Social, inserido que está na crise capitalista contemporânea. Isto é, busca captar e analisar “a percepção que os Assistentes Sociais têm da materialização no cotidiano do seu trabalho profissional dos princípios contidos no seu Código de Ética Profissional” — como síntese que expressa o projeto ético-político na atualidade. Convencida de que esses princípios só ganham significado no cotidiano de trabalho profissional, chama a atenção para o fato de que, se isso não for considerado, “incorreremos nos limites do formalismo, cuja lógica do ‘dever ser’ obscurece a importância dos elementos materiais, transformando a ética em mero conteúdo prescritivo desvinculado da realidade concreta (do ser) ou de um plano ideal que sustenta uma ética da intencionalidade, no qual a intenção do ato constitui critério decisivo”.

Com essa questão central, Valeria adentra os muros e a história de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro, de início nos alertando, com base em Carrara (1998, p. 26), de que esse espaço articula “duas das realidades mais deprimentes das sociedades modernas — o asilo de alienados e a prisão — e dois dos fantasmas mais trágicos que nos ‘perseguem’ a todos — o criminoso e o louco”. Sujeitos (ou objetos?) aos quais deverão ser destinados a contenção, o isolamento, a ordem e a disciplina. E, para tal, o “pessoal do social” será chamado a “colaborar”. “Pessoal” que, no caso

do Serviço Social, especialmente com a Lei de Execuções Penais, em 1984, se mostraria, em tese, “relevante frente à política penitenciária do estado”, na medida da ampliação, por lei, de suas possibilidades de trabalho nessa realidade do sistema prisional.

Para captar essa realidade de trabalho, a fala das profissionais contando sobre a materialização no cotidiano, ou não, do Projeto Ético-Político do Serviço Social, e sua análise articulada a concepções sobre o trabalho profissional e sobre a ética, adensadas também pela pesquisa bibliográfica, pela observação da rotina dos hospitais e pelo saber acumulado pela autora nos seus longos anos de exercício profissional e docência, se fazem presentes em mais de cem páginas que compõem esse terceiro capítulo. Partindo da exposição e da análise dos princípios que abrem e sustentam o Código de Ética Profissional, Valeria Forti caminha para um rol de muitas questões-guias das entrevistas com as profissionais e sua análise, começando com dados sobre seu perfil e sua trajetória de formação e de exercício profissional, seguindo para indagações reveladoras do cotidiano de trabalho, entre elas a autonomia relativa da/o assistente social. Sempre tendo o cuidado de observar a ética na pesquisa e à luz do pensamento marxiano, no sentido de que as nossas escolhas se dão em condições determinadas; portanto, a História “não é mero fruto da nossa vontade”.

Nesse “falar” dos sujeitos, evidenciam-se muitos aspectos, entre eles alguma dificuldade de apreensão do objeto de “estudo/intervenção”, assim como de objetivos profissionais e institucionais, a ausência de projeto de trabalho documentado, a sobrecarga de trabalho e as urgências de respostas aí implicadas, assim como o ter de “fazer tudo” — aspectos estes que incidem na superficialidade da realização do trabalho e na dificuldade de investimento em estudos que poderiam qualificá-lo. Por outro lado, também é sinalizada, ainda que em menor expressão, a consciência de possibilidades aí existentes, a depender do “engajamento” e do compromisso do profissional “em não se deixar incorrer na ‘rotinização’”, em ter clareza da finalidade de seu trabalho, do ponto de vista profissional.

A indignidade das condições em que os presos vivem nesses espaços institucionais, marcados pela precariedade das condições materiais e físicas, pela não higienização, pelo não oferecimento de escolarização e esportes, é descortinada pela pesquisa. Muitos presos/loucos estão aí há décadas, sem qualquer ideia de como “está o mundo lá fora”, muitos sem qualquer contato com familiares, evidenciando-se a “inclusão dramática” da maioria, que só acessa algum direito, como um tratamento de saúde, por exemplo, quando “chega à instituição penal”. Enfim, a pesquisa revela, de várias formas, a criminalização dos pobres e a inclusão perversa “daqueles que são totalmente inaceitáveis pelo mercado” ou, recorrendo à expressão de uma das entrevistadas, aqueles que são “nadas” [para o mercado], conforme já mencionado.

A minuciosa, qualificada e densa pesquisa exposta neste livro nos mostra que, ainda que a maior parte das assistentes sociais tenha afirmado a materialização dos princípios do Código de Ética no cotidiano de trabalho, a realidade observada e apresentada pelas suas falas leva a autora a uma conclusão diferente. O desconhecimento ou a não compreensão de valores e fundamentos que dão direção ao Projeto Ético-Político, a “relação empobrecida, pouco refletida, superficial e rotineira com a realidade”, as precárias condições de trabalho, reveladas em significativos momentos das falas das entrevistadas — que sofrem, evidentemente, ingerências da conjuntura social e da política institucional —, respaldam a importante questão apontada nas páginas finais do livro: na medida em que “o trabalho pressupõe teleologia, finalidade consciente da ação”, como “seria possível realizarmos uma ação sendo orientados por algo que desconhecemos, algo cujos fundamentos e valores, ou seja, cuja direção social que nos está sendo apontada não compreendemos?”.

Com essa perspectiva provocadora, em todo o conteúdo do livro a autora nos faz pensar na necessidade e na importância da produção do conhecimento sobre a concretização do trabalho profissional cotidiano, aí buscando captar os limites e as possibilidades de efetivação

do Projeto Ético- Político do Serviço Social, em meio às contradições postas por uma sociedade moldada e gerida pelo capitalismo predador e desumanizante. E apostando, claro, no “entendimento de que essa realidade, por mais árida que possa parecer, não é inquestionável, insuperável, refratária às ações profissionais qualificadas”.

Leitura necessária para quem deseja ser partícipe de uma profissão e de uma sociedade que aposta nos valores civilizatórios, este livro nos convida a fazer perguntas à realidade e nos ilumina na construção de respostas sobre o dia a dia do trabalho profissional na perspectiva crítica. Boa leitura!

São Paulo, janeiro de 2020.

*Eunice T. Fávero*¹

1. Assistente social e doutora em Serviço Social. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Crianças e Adolescentes: Ênfase no Sistema de Garantia de Direitos (NCASGD), do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da PUC-SP. Pesquisadora sobre Serviço Social na área sociojurídica.

INTRODUÇÃO

Esta obra que ora se oferece ao público, em sua 5ª edição pela Cortez Editora, é versão com alguma atualização, mas sem alterações substanciais da tese de doutorado que apresentamos ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.¹ Tivemos preocupação com o desvelamento das condições objetivas e subjetivas do Serviço Social na atualidade. Para isso, consideramos o trabalho profissional, em face da direção e da materialização de valores e princípios contidos no Código de Ética vigente, o que, em consequência, significa voltarmos nosso foco para o atual projeto profissional crítico do Serviço Social — o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Todavia, mais precisamente, esta obra é fruto de uma vida que tem grande parte de sua trajetória dedicada ao trabalho profissional na área de Serviço Social, seja atuando em Instituição como Assistente Social, propriamente,² seja no campo acadêmico, como docente

1. Tese intitulada *Ética e Serviço Social: formalismo, intenção ou ação? Um estudo nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro*, defendida em novembro de 2008.

2. Atuamos como Assistente Social, propriamente, por duas décadas, pela Secretaria Municipal do estado do Rio de Janeiro, e há 42 anos estamos na docência da faculdade de Serviço Social, sendo 32 deles na Uerj. Apesar de nos dedicarmos a diferentes disciplinas do Serviço Social, a maior parte desse período da docência vinculou-se ao ensino da disciplina Ética

na Faculdade de Serviço Social — são mais de 40 anos de trabalho nessa área profissional.³ Podemos dizer, de maneira geral, que se trata de um percurso em que contrastam dores e alegrias, algumas poucas (mas apesar disso) certezas, muitos desafios e inquietações, além de inúmeras dúvidas, muitas delas aqui colocadas, bem como, logicamente, parte das certezas.

Nascemos e vivemos na sociedade brasileira, o que significa dizer que escolhemos e exercemos nossa profissão em uma das organizações sociais que compõem o bloco do chamado capitalismo periférico. Portanto, sem o intuito de destacarmos particularidades, podemos dizer que nosso trabalho profissional é efetivado em uma realidade em que a exploração econômica dos trabalhadores, a concentração de renda, a violência contra as chamadas “minorias” — pessoas do segmento LGTBI, negros, índios etc. — estão presentes no cotidiano e vêm paulatinamente sendo intensificadas e banalizadas. Assim como ocorre com os maus-tratos e/ou as matanças de crianças pobres — que, sem qualquer proteção social, residem nas ruas dos centros urbanos e cometem infrações —, também se observa a violência contra outras pessoas pobres e inimputáveis, como portadores de transtornos mentais, a exemplo daqueles que serão focalizados⁴ neste texto — basicamente, aqueles pertencentes às classes populares —, que, assim como as crianças que citamos, podem perambular pelas ruas das cidades. Enfim, podemos dizer que a banalização da vida em nossa sociedade — limitando-nos a falar de vida humana —, se já era algo que merecia ser observado, tornou-se escancarada na sociabilidade contemporânea, na sociedade delineada pela globalização, pela “onda

Profissional no Serviço Social — 25 anos sequenciais, contando, apenas, o tempo de trabalho na Uerj — e a projetos de pesquisa e extensão nessa mesma área.

3. Considerando o que foi dito, avaliamos que a presente obra expressa vigor e atualidade em seus fundamentos e polêmicas teórico-práticas.

4. Devido à nossa área de estudo e aos objetivos desta obra, focalizaremos em parte os Internados dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro. Além disso, destacamos, respeitosamente, que poderão ser mencionados os termos transtorno mental/psiquiátrico ou doença mental/psiquiátrica, indistintamente.

neoliberal”, cujo ideário propagado confronta-se com a lógica dos direitos sociais e das políticas sociais, pois os valores prioritariamente difundidos assentam-se na desigualdade, no individualismo e na concorrência. Portanto, uma sociedade que sustenta a possibilidade de substituição de políticas sociais pelas ações do chamado *Terceiro Setor* — seus projetos sociais e suas ideias de relevância da iniciativa privada, civismo, solidarismo⁵ etc.

Em nossa sociedade, o fenômeno da alienação — focalizado aqui no sentido de tornar o outro um estranho, não identificar o outro como um ser igualmente moral, não identificar o outro como sujeito com igualdade de direitos — mostra-se proporcional ao vulto que toma a expansão das relações mercantis, as quais vêm sendo generalizadas em consonância com a mundialização do capital no País e atingem os espaços mais profundos, mais recônditos da vida social, e costumam, assim, influenciar desde os aspectos estruturais até os interpessoais. São relações que atravessam o trabalho e seus desdobramentos imediatos, tais como a produção, a distribuição de bens e serviços, mas afetam igualmente o Estado, a cultura e o cotidiano dos cidadãos. Então, podemos experimentar, em escala menor, relações desqualificadas nos planos familiar e interpessoal e uma espécie de insensibilidade ou apatia em relação ao que é do outro e da coletividade e, em escala mais ampla, conviver com a atrofia do Estado no sentido das políticas sociais e a consequente perda de direitos sociais. Dessa maneira, nos deparamos com a configuração de alteração nos espaços de atuação de diversos profissionais, como os que se dirigem ao trato das expressões da “questão social”, como é o caso do Assistente Social,⁶ um profissional, trabalhador assalariado, que surge em decorrência de necessidades típicas de certa fase do capitalismo — a

5. Concepção de solidariedade que se limita às relações interpessoais e, obscurecendo a possibilidade de apreensão das contradições da sociedade capitalista, descontextualiza os sujeitos envolvidos.

6. Em toda obra, utilizamos letra maiúscula ao nos referir a diferentes categorias pela importância que têm neste contexto: Assistente Social, Internado, Instituição, Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais (vigente) etc.

era dos monopólios —, volta-se para a “questão social” por meio das políticas sociais e que, apesar de certas particularidades, está, como os demais trabalhadores, sujeito às injunções impostas pela conjuntura definida pela crise contemporânea do capital.

Por meio do exposto, pensamos esclarecer, em linhas gerais, as razões de nosso interesse por essa profissão, pelo estudo da ética e pelo rumo que tomamos na realização deste estudo. Ou seja, pensamos ter deixado claro nosso interesse pelos problemas que marcam nossa realidade social e o nosso consequente vínculo com o estudo do que se convencionou chamar “questão social”, da política social/ Serviço Social e da ética, entendendo que estudar esses elementos significa buscar compreendê-los em seus nexos político-econômicos, entendendo também a importância de captar como vêm ocorrendo o planejamento e a execução de políticas sociais e a discussão dos valores que sedimentam determinados conceitos, determinados projetos e posicionamentos políticos e econômicos.

Ao nos dedicarmos ao desenvolvimento deste texto, o qual discutiu a materialização dos Princípios Fundamentais do Código de Ética dos Assistentes Sociais no exercício cotidiano de trabalho nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro,⁷ observamos que a ética profissional é uma forma particular de materialização ou, de outro modo, de expressão da vida moral em sociedade. Nela, encontramos o conjunto de valores que fundamentam e legitimam a profissão, o rumo social escolhido por determinada categoria profissional frente às demais alternativas, ou seja, frente aos diferentes projetos em disputa na sociedade. Cabe aos estudos, nesse âmbito, apreender os nexos entre as profissões e as diferentes esferas da vida em sociedade, considerando-se os diversos projetos societários, uma vez que a ética profissional é uma forma particular de

7. Ao discutirmos estes Princípios Fundamentais, consideramos discutir também o atual projeto profissional crítico, chamado no meio profissional dos Assistentes Sociais “Projeto Ético-Político do Serviço Social” [brasileiro]. Além disso, esclarecemos avaliar o Código de Ética vigente elemento destacado no que se refere a este Projeto, uma vez que se vincula diretamente ao trabalho do Assistente Social, ou seja, é referência e parâmetro para o exercício profissional.

materializar ou de expressar a vida moral em sociedade. Além disso, temos de salientar que não entendemos a ética como um “código de castração” ou como algo que meramente sirva para cercear — como podem querer fazer crer, por exemplo, certas posições assentadas em bases doutrinárias e/ou religiosas. A ética, como basicamente qualquer outra produção humana/social, é um campo do conhecimento que dá origem a (e se assenta em) ideias e concepções que indicam determinadas direções sociais e históricas, condicionadas em suas alternativas pela estrutura econômica e política na vida social.

É relevante citar que esta obra também possibilita acesso, mesmo que em parte, a um contexto institucional bastante complexo, ou seja, focaliza uma Instituição que articula duas realidades deprimentes das sociedades modernas — o “abrigo de loucos” e a prisão —, uma vez que traz resultados de pesquisa realizada com profissionais dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro.

A respeito do Serviço Social, conforme Iamamoto (2007), pode-se dizer que é a profissão que participa de um mesmo movimento que possibilita a continuidade da sociedade de classes e cria as possibilidades para a sua transformação. A sociedade é atravessada por projetos sociais distintos e aí se encontra o solo sócio-histórico para a construção de projetos profissionais também diversos, vinculados aos projetos sociais mais amplos para a sociedade. Dessa maneira, pode-se inferir que o Serviço Social é uma profissão permeada por relações de poder, com clara dimensão política, o que, como bem esclarece a autora, não é decorrência de mera intenção pessoal do Assistente Social, pois depende dos condicionantes histórico-sociais, dos contextos em que esse profissional se insere e atua.

Essas foram questões centrais que nos impulsionaram a realizar este texto, acrescidas do nosso compromisso e responsabilidade profissionais de transmissão, mesmo que parcial, do que pudemos aprender com a experiência de quase 20 anos ininterruptos de trabalho como Assistente Social, das constantes e relevantes indagações de nossos alunos, dos debates que com eles travamos, e dos debates

e embates que em geral são travados quanto à possibilidade de materialização dos Princípios do Código de Ética Profissional e, por conseguinte, do Projeto Ético-Político do Serviço Social, referências importantes não apenas para essa categoria profissional, uma vez que são referências voltadas para os interesses dos trabalhadores, transcendendo interesses corporativos. O Projeto Profissional assim como os Princípios contidos no Código de Ética dos Assistentes Sociais, que o expressam, são elementos que podem ser apreciados e tomados como norte por todos aqueles que pretendem ser força política resistente aos ditames neoliberais.

Cabe citarmos aqui, também, que alguns estudos acerca de trabalhos no campo institucional, principalmente aqueles cujo tom crítico é ferrenho, mas nada propõem ou realizam para o aprimoramento desses trabalhos e/ou para a qualificação dos profissionais que os desenvolvem, tampouco possibilitam vínculos com os diferentes sujeitos envolvidos, podem trazer prejuízos importantes. São realizações que, comumente, geram impactos e desestímulo aos profissionais e, desse modo, contribuem para intensificar a desqualificação da intervenção profissional no campo, uma vez que contribuem para afastá-la ainda mais do necessário vínculo com a pesquisa e com o rigoroso fundamento teórico. Ou seja, são estudos que, mesmo que se dirijam ao “campo operacional” — o que a princípio significa sua valorização e consequente enriquecimento —, paradoxalmente, tendem a provocar ou a reforçar a “separação entre a teoria e a prática”. Dessa maneira, melhor dizendo, por essa compreensão, buscamos tomar rumo distinto disso.⁸

8. Considerando que não cabe ao pesquisador apenas a constatação dos fatos sociais, mas o seu desvendamento e também a responsabilidade de contribuir, caso necessário, para sua alteração. Ou seja, compreendendo que os fatos sociais que surgiram no decorrer da realização da nossa investigação empírica são sinais que merecem, além da busca do seu desvendamento, ações (dos diferentes sujeitos envolvidos) que visem a alterá-los, realizamos curso de capacitação profissional com os Assistentes Sociais e estagiários de Serviço Social dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro. Esse curso foi promovido pela autora deste texto, professora Valeria L. Forti, coordenado por ela e sua orientadora de tese, professora Yolanda D. Guerra, e realizado no Conselho Regional de Serviço

Voltando nosso foco para o Serviço Social, pode-se dizer que este teve sua gênese a partir das alterações inerentes ao modo de produção capitalista, com coadjuvação do projeto de recuperação da hegemonia ideológica católica. É uma profissão cuja origem se encontra no tecido da ordem societária do capitalismo monopolista. Os Assistentes Sociais foram agentes requisitados pelos interesses burgueses, sendo suas ações dirigidas à população subalternizada. No Brasil, o Serviço Social surgiu na década de 1930. Contudo, a institucionalização da profissão só ocorreria anos mais tarde. Interessa-nos, porém, destacar que, durante um longo período de seu percurso histórico, essa profissão assegurou a hegemonia de projetos que não punham em questão, substancialmente, a ordem capitalista.

Em decorrência do declínio econômico, após um período de crescimento da economia capitalista mundial, assegurado desde a Segunda Guerra Mundial, acrescido da Revolução Cubana — com sua ameaça pelo ideário libertário — e da mobilização da juventude norte-americana em torno da guerra do Vietnã, além de outros movimentos de tons críticos que reverberaram em questionamentos da lógica burguesa, os quais atingiram em dimensões e patamares, diferentes e específicos, os países da América Latina, nos quais o Assistente Social contava com um nível de inserção significativa na estrutura sócio-ocupacional, emergiram no Serviço Social indagações quanto à sua funcionalidade.

Social — 7ª R. O curso de capacitação contou, com exceção da ausência de um profissional, com a presença de todos os outros Assistentes Sociais e todos os estagiários. Teve como palestrantes as professoras de Serviço Social: Fátima Grave (UFRJ) — atual Presidente do Conselho Regional — 7ª R. — Tema: Projetos societários e o Projeto Profissional; Yolanda D. Guerra (UFRJ) — Tema: Gênese e instrumentalidade do Serviço Social; Valeria L. Forti (UERJ) — Tema: Os códigos de ética profissional no percurso histórico do Serviço Social brasileiro e o atual Projeto Profissional; Marlise Vinagre (UFRJ) — Tema: Adensando o debate sobre os códigos de ética dos Assistentes Sociais brasileiros — ou seja, uma continuidade do tema desenvolvido pela professora Valeria, por meio de exercícios em sala de aula e dinâmica de grupo; Cleier Marconsin (UERJ) — Tema: Direitos sociais e o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro; Larissa D. Pereira (UFF) — Tema: Política Social e o atual Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro; Silvina V. Galizia (UFRJ) — Tema: Como realizar um trabalho científico? — esta professora responsabilizou-se pela realização do trabalho final dos participantes; e a professora de Direito Maria Celeste Marques (PUC-Rio) — Tema: Os direitos humanos, apreciando a Constituição brasileira.

Ou seja, a ambiência de contestação daquele período, que repercutiu em diferentes práticas profissionais historicamente ligadas à ordem burguesa, incidiu também no Serviço Social. Surgiu daí um movimento crítico que, apesar de não poder ser observado como unidimensional, é chamado de Movimento Latino-Americano de Reconceituação do Serviço Social. No Brasil, esse movimento viabilizou que uma parcela dos profissionais absorvesse novos aportes teóricos. Em consequência, houve incorporação na profissão de novas concepções de Homem, sociedade e Estado, alicerçando um diferente referencial teórico e ético. Assim, a partir de 1986, como desdobramento do Movimento de Reconceituação, temos o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social, que marca a busca de rompimento com o conservadorismo na profissão. Como veremos aqui, essa afirmação não significa isenção de equívocos nesse percurso, mas apenas consideração histórica da importância que tem esse novo rumo na trajetória dessa profissão, a qual, até então, não havia assumido um projeto substancialmente crítico da sociedade vigente. Em 1993, tivemos o último Código de Ética, que buscou ampliar e garantir as conquistas profissionais impressas no Código anterior. Pode-se dizer que, com este último Código, buscou-se depurar e ampliar as referências para o exercício profissional que se encontravam no Código de 1986. O Código atual representa um dos elementos do Projeto Profissional, como discutiremos no corpo do presente texto. É, a nosso ver, um elemento destacado do Projeto Ético-Político do Serviço Social, uma vez que orientação para ação profissional que revela, por meio dos seus Princípios, os fundamentos dos compromissos assumidos pelo Serviço Social brasileiro nas últimas décadas.

Dessa maneira, consideramos aqui a relevância das referências contidas no Código Profissional em face do Projeto Ético-Político do Serviço Social — os seus Princípios Fundamentais. Entendemos que essas referências, que asseguram o conteúdo do documento, só podem ser materializadas no cotidiano do trabalho profissional, em situações concretas, pois é aí, nesse cotidiano, que os sujeitos decidem e agem. Isso significa que, para pensarmos na efetivação dessas referências,

devemos ter clareza de que elas não dependem apenas das intenções pessoais do profissional, mas das condições sócio-históricas. Sem pretender desresponsabilizar os sujeitos, pode-se afirmar que a possibilidade dessas materializações depende também das condições concretas que incidem na ambiência institucional, no contexto de inserção e atuação profissionais. E se assim não considerarmos, e não efetuarmos investigações de campo, poderemos cair nas armadilhas do *formalismo* que destitui de importância a materialidade das análises no campo da ética, como se pudéssemos processar essas análises na lógica do “*dever ser*”, obscurecendo os seus elementos materiais, transformando o campo da ética em algo prescritivo, desvinculado da realidade ou colocando a ética no patamar idealista que sustenta a ética da intencionalidade, como se a *intenção do ato* bastasse como critério decisivo.

Nessa lógica de raciocínio, conforme já mencionado, nosso estudo se dirige aos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro, por serem um campo de ação do Serviço Social que conta com exígua produção acadêmica,⁹ não obstante a sua complexidade e a relevância de suas características, as quais, a nosso ver, os tornam parâmetros para outras apreciações ou estudos desse gênero, e nos fazem selecioná-los como campo de investigação. Ou seja, elegemos para captação de elementos empíricos um campo de ação que conta com o Assistente Social como um de seus profissionais no quadro funcional e que evidencia a interseção de diferentes faces da política social. Pode-se, com isso, dizer que se mostra como um tipo de “campo-síntese” — mais especificamente, esse campo contempla a política penitenciária e a política de saúde (mental) — e abarca um contingente populacional significativamente estigmatizado, na medida

9. Como produções referentes aos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico nas pós-graduações em Serviço Social, salvaguardada nossa possibilidade de erro, verificamos apenas duas dissertações de mestrado, uma apresentada à PUC do Rio Grande do Sul, a que fizemos referência neste texto, e a outra apresentada à PUC do Rio de Janeiro, em 2006, de autoria de Andréa S. Medeiros, intitulada *Criminosas, loucas e perigosas: um estudo de representações sociais sobre internas nos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do estado do Rio de Janeiro*.

em que representa a relação de aspectos como pobreza, transtorno mental e criminalidade. É população significativamente estigmatizada, tomada como uma ameaça para a sociedade, pois, além de ser considerada improdutiva no mundo do trabalho, traz à baila a associação do transtorno mental com o delito, retratando diferentes nuances da “questão social”. Todavia, diante de tudo isso, importa destacar que se trata de um segmento populacional *inimputável* que necessita de política social — fato irrefutável até para o “senso comum”, uma vez que estamos nos referindo a pessoas oficialmente portadoras de enfermidade mental e que, para retornarem ao convívio à sociedade, fora dos muros institucionais, requerem tratamento. Além de estarmos focalizando pessoas portadoras de transtorno mental oficialmente diagnosticado, elas parecem merecer um tratamento “bem estruturado”, pois, pela própria “lógica jurídico-social”, são pessoas doentes que não têm responsabilidade sobre o ato violento que cometeram e que, por isso, estão sob a guarda do Estado em uma Instituição específica. Ou seja, até para o senso comum, fica claro que esse tipo de Instituição não pode prescindir da prestação de tratamento de saúde, uma vez que a ausência de tratamento poderá redundar em prejuízos (futuros) para a sociedade e, logicamente, para as próprias pessoas internadas. Esses argumentos inviabilizam a hipótese de que essas pessoas sejam incluídas no rol daqueles sujeitos que, em decorrência de seus atos de violência, são, às vezes, equivocadamente, considerados merecedores apenas de punição, ou seja, destituídos de direitos. Aqui, portanto, referimo-nos a sujeitos institucionalizados — sob a guarda do Estado — com direito à política social. Isso define a necessidade (e a relevância) do trabalho profissional, particularmente do Assistente Social, o qual tem como fundamento as referências para o trabalho profissional constantes no seu Código de Ética Profissional — um instrumento cujos Princípios e a direção social são progressistas e democráticos, relacionados a projetos societários, consoantes com as conquistas mais avançadas da Constituição de 1988 e, portanto, colidentes com as diretrizes propaladas e efetivadas pelo ideário neoliberal.

A esse respeito, é importante destacarmos que, como alegou Elisabete Borgianni, ex-presidente do Conselho Federal de Serviço Social,

em entrevista publicada no jornal do Conselho Regional,¹⁰ os avanços contidos no Projeto Ético-Político do Serviço Social, expressos no Código de Ética vigente e em outros marcos normativos da profissão, estão na contramão das diretrizes impostas pela atual conjuntura, a qual, muitas vezes, determina condições de trabalho adversas para o Assistente Social, a exemplo do Sistema Penitenciário.¹¹

Dessa maneira, considerando que o Serviço Social participa do mesmo movimento que permite a continuidade ou a superação da sociedade em que vivemos; considerando que o Serviço Social conta com profissionais que podem estabelecer estratégias político-profissionais, visando ao reforço dos interesses das classes subalternas; considerando os limites do *formalismo*, do *idealismo* e do *critério da intencionalidade* no campo ético; e salientando a dissonância das diretrizes do Projeto Ético-Político do Serviço Social e, por conseguinte, dos Princípios Fundamentais do Código de Ética atual diante do contexto (da “globalização”) neoliberal e de suas repercussões no âmbito de trabalho dos Assistentes Sociais,¹² discutimos, como já exposto, a materialização desses Princípios Fundamentais no cotidiano do trabalho profissional dos Assistentes Sociais dos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico do Rio de Janeiro, partindo das entrevistas realizadas com esses profissionais.

Desse modo, utilizando o material possibilitado pelas entrevistas e pelas observações realizadas em visitas ao local, visando a captar

10. Serviço Social e consolidação do Projeto Ético-Político. *Práxis*: Conselho Regional de Serviço Social — 7ª Região, Rio de Janeiro, n. 39, p. 4, nov./dez. 2006.

11. Além do que foi mencionado, nos cabe destacar que, como orientação metodológica, partimos da ideia de que “a anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco”, conforme explicação de Marx em “O método da economia política”. Ou seja, consideramos que abordar um espaço sócio-ocupacional, cuja elevada complexidade é indubitável, poderia ser a chave para a compreensão crítica de outros espaços de menor complexidade (mais simples).

12. Como explicitado, essa discussão pode embasar discussões similares em outras áreas profissionais. Este texto é uma versão revista da nossa tese de doutorado apresentada na Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ, o que nos leva a registrar agradecimentos — sem referência nominal, por se tratar de elevado número — àqueles cujas contribuições para sua realização foram fundamentais: familiares, amigos, professores (orientadora e bancas de examinadores), colegas de trabalho, alunos e entrevistados.

as contradições e os conflitos expressos no cotidiano institucional, as condições de trabalho no espaço sócio-ocupacional, as palavras dos entrevistados como fenômenos ideológicos, mergulhamos na elucidação de aspectos referentes ao campo e à sua relação com a estrutura social. Lógico que, para isso, contamos também com os recursos acumulados por meio de nossa experiência profissional e com pesquisa bibliográfica ampliada. Assim, desvendamos a dimensão das ideias, da consciência dos profissionais entrevistados, dos seus valores e da ética na sua profissão — ou seja, pudemos, em parte, analisar a relação da expressão do entrevistado com a vida social e com o Serviço Social, aproximando-nos do nosso objeto de estudo.

Para exposição do nosso estudo, este texto será dividido em três capítulos acrescidos de considerações finais.

No Capítulo 1, tecemos considerações sobre ontologia. Tratamos esse tema à luz de uma perspectiva histórica, buscando traçar uma síntese que comportasse sua origem, sua relação com a metafísica clássica e seu perfil no campo marxista — ou seja, a superação que o campo marxista operou no sentido ontológico. Por ser a materialização de princípios éticos o nosso objeto de investigação, não poderíamos prescindir da discussão da ontologia do Ser Social, que é alicerce para o estudo da ética, pois supõe argumentos fundamentais sobre a constituição do mundo humano (genérico) e sobre a questão da sociabilidade.

No Capítulo 2, considerando os fundamentos ontológicos já problematizados, discutimos a sociedade burguesa — solo histórico do Serviço Social —, focalizando seu percurso histórico, suas peculiaridades em terras brasileiras, a crise contemporânea do capital e algumas de suas repercussões na vida em sociedade. Prosseguindo, e em consonância com o nosso objeto de estudo — discutir a materialização de princípios éticos no cotidiano do trabalho profissional do Assistente Social, fato que supõe considerar as condições de trabalho, que se definem em determinadas condições sócio-históricas —, abordamos a polêmica relação entre a ética e a economia, como também problematizamos a “questão social”, porém aqui enfocada por meio

da discussão do fenômeno da criminalização da pobreza, algo que não é novo, mas que, a nosso ver, mostra-se hoje diferente, pela insólita proporção que assume.

No Capítulo 3, iniciamos por uma visão panorâmica da ética no Serviço Social, uma discussão teórica que, além de nos permitir compreender a profissão de modo geral, nos possibilita entender a origem e o rumo social do atual Projeto Ético-Político do Serviço Social e, portanto, do Código de Ética Profissional e seus Princípios Fundamentais — observando os significativos avanços que essa profissão experimentou, seja no plano intelectual, seja em nível organizativo, nas últimas três décadas. Em seções posteriores, caracterizamos a Instituição e o Serviço Social no Sistema Prisional, e, para isso, fizemos algumas considerações sobre a loucura e o crime. Por fim, e em decorrência do conteúdo tratado até então, mostramos e analisamos o material de campo selecionado e apresentamos as considerações finais. Nestas, objetivamos destacar que materializar os Princípios do Código de Ética dos Assistentes Sociais significa não aceitarmos a abstração no campo ético — ou seja, significa trabalharmos no cotidiano profissional norteados por esses Princípios, cujas orientações humanizam a vida, em vez de nos limitar, como explicita Yamamoto (2007, p. 227), à defesa de interesses corporativos voltados unicamente para a obtenção de *status* da categoria profissional na sociedade. Esses Princípios Fundamentais se relacionam com o nosso atual Projeto Ético-Político, que, segundo a autora, não obstante defender prerrogativas profissionais e de trabalhadores especializados, tem dimensão universal, estabelecendo uma orientação para a maneira de operar o trabalho cotidiano que o impregna de interesses coletivos, possibilitando que isso se torne um momento de afirmação da teleologia e da liberdade na práxis social. Dessa maneira, se trata de um material relevante para apreciação de diferentes profissionais e estudiosos. Acrescente-se o fato de aqui estar sendo considerado em face de local cuja complexidade do seu objeto de intervenção nos possibilita verificar a interseção de diferentes faces da política social e, logicamente, inserções de profissionais de diferentes áreas — o que

o torna, no nosso entender, parâmetro para outros estudos, seja no Serviço Social, seja em outras áreas do conhecimento. Portanto, este texto, não obstante particularizar o trabalho do Assistente Social, pelos aspectos que toca, inclusive pelos seus fundamentos teóricos, não é apenas do seu interesse, mas também de significativo contingente de outros profissionais e/ou estudiosos.